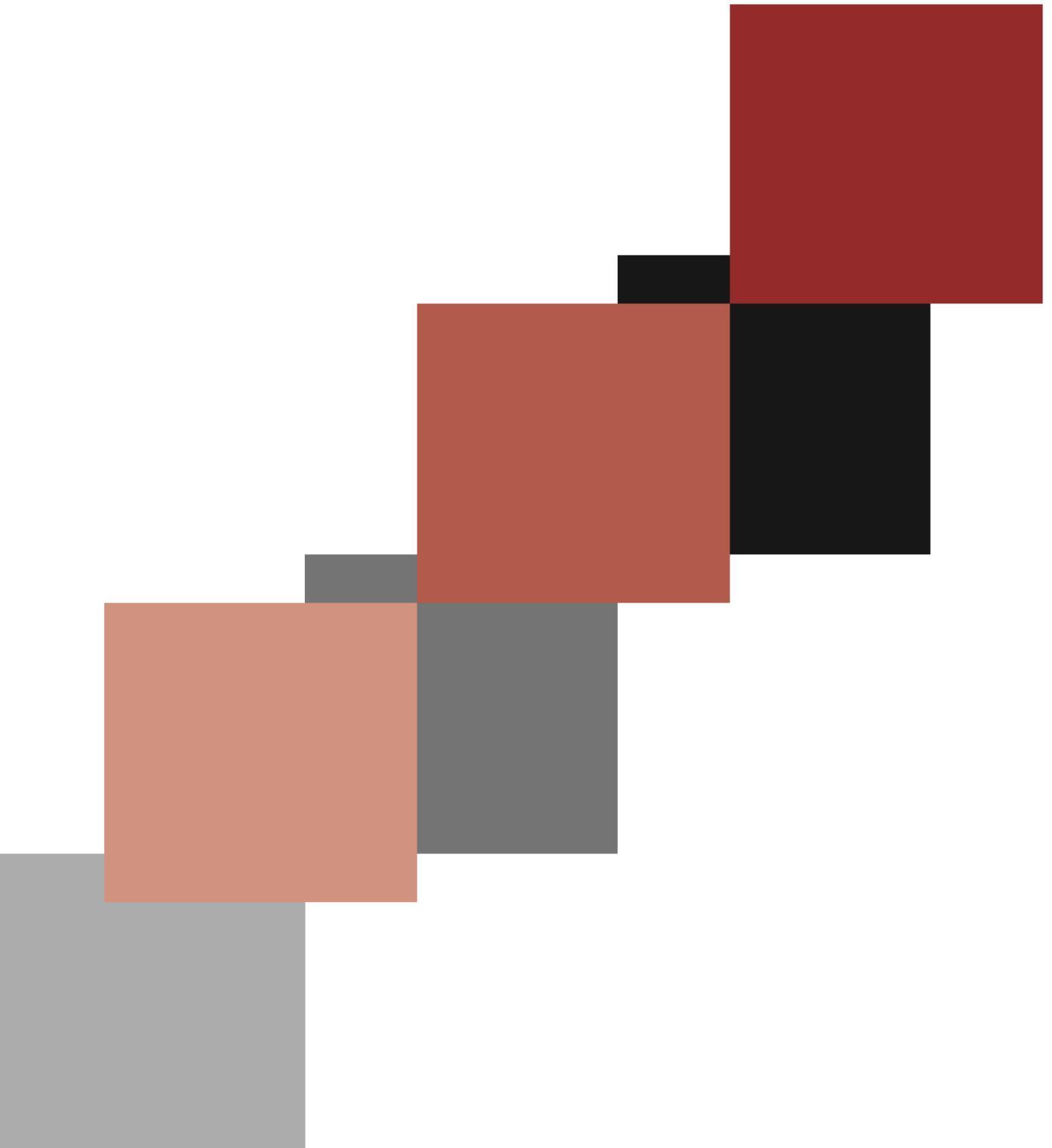





índice de efetividade da gestão municipal

iegm

TCE-SP





índice de efetividade da gestão municipal

manual 2017



Composição

Janeiro de 2017

Presidente

Dimas Eduardo Ramalho

Vice-Presidente

Sidney Estanislau Beraldo

Corregedor

Renato Martins Costa

Conselheiros

Antonio Roque Citadini

Cristiana de Castro Moraes

Edgard Camargo Rodrigues

Márcio Martins de Camargo (Auditor)



Coordenação

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Supervisão

Secretário-Diretor Geral Sérgio Ciquera Rossi

Elaboração

Divisão AUDESP e Diretoria de Tecnologia da Informação

Andrey Ribeiro

Eliana Motta

Márcia Harumi Hirata

Ricardo Kengi Uchima

Tânia Mara Auada

César Schneider

Fabrcio Carvalho Macieira

Marcos Portella Miguel

Rodney José Idankas

Valdivino Gonçalves da Costa

Colaboração

José Roberto Fernandes Leão
Equipe da "Revista do TCE-SP"

DCG – Diretoria de Contas do Governador
Paulo Massaru Uesugi Sugiura

Apresentação

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, medido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo a partir de 2015, tem como principal finalidade o aperfeiçoamento das ações governamentais, mediante a divulgação dos níveis de desempenho de resultado, ou seja, dos indicadores finalísticos de eficiência e eficácia das políticas adotadas para atendimento das necessidades da população, inicialmente nos seguintes setores:

- Educação
- Saúde
- Planejamento
- Gestão Fiscal
- Meio Ambiente
- Proteção dos Cidadãos
- Governança da Tecnologia da Informação

Os dados, apurados com base em informações prestadas pelos próprios Municípios e obtidos durante a atividade de fiscalização, são apresentados de forma clara e objetiva, para facilitar sua compreensão pelo Administrador Público, membros do Poder Legislativo, servidores e cidadãos, e auxiliar na correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento.

Trata-se, portanto, de mais um instrumento criado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, entre vários outros, na busca pela transparência, pela gestão responsável e pela satisfação das necessidades sociais.

Dimas Eduardo Ramalho
Presidente

Jan./2017

Índice

01

Contexto Histórico Atual **02**

02

Histórico do IEGM/TCESP **03**

03

O Que é o IEGM/TCESP **05**

04

Os Produtos Derivados do IEGM/TCESP **06**

4.1 Relatório Informações Gerenciais (Anuário) **06**

4.2 Relatório Informações gerenciais e estratégicas (Prisma) **06**

4.3 Matriz de risco (Smart) **06**

4.4 Site Infográfico **06**

4.5 Relatório de Desempenho **07**

4.6 Aplicativo IEGM *Mobile* **07**

05

Principais Alterações do IEGM/TCESP neste ano **08**

06

As Dimensões do IEGM/TCESP **09**

6.1 i-EDUC/TCESP **09**

6.2 i-SAÚDE/TCESP **09**

6.3 i-PLANEJAMENTO/TCESP **10**

6.4 i-FISCAL/TCESP **10**

6.5 i-AMB/TCESP **11**

6.6 i-CIDADE/TCESP **12**

6.7 i-GOV TI/TCESP **12**

07

Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM/TCESP **13**

08

Visão funcional do IEGM/TCESP **14**

09

Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 Índices Temáticos – IEGM/TCESP **15**

9.1 Síntese: i-EDUC **16**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Educação

9.2 Síntese: i-SAÚDE **26**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Saúde

9.3 Síntese i-PLANEJAMENTO **37**

Memorial de Cálculos para indicadores do Planejamento

9.4 Síntese: i-FISCAL **48**

Memorial de Cálculos para Indicadores dos Aspectos Fiscais

9.5 Síntese: i-AMB **60**

Memorial de Cálculos para Indicadores do Meio Ambiente

9.6 Síntese: i-CIDADE **65**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Proteção da Cidade

9.7 Síntese: i-GOV TI **67**

Memorial de Cálculos para Indicadores da Governança de TI

10

Composição Final do IEGM/TCESP **71**

11

Faixas de Resultado **72**

12

Regras das faixas de Resultado **74**

13

Considerações finais **75**

Exposição de Motivos do IEGM/TCESP

1.

Contexto histórico atual

Os governos brasileiros têm enfrentado mudanças profundas na condução de suas políticas públicas, tanto pela atual situação econômica quanto pelas crescentes reivindicações da população, gerando impactos significativos na vida de todos.

As intervenções, ações e operações realizadas por autoridades públicas, independentemente de sua esfera e da sua natureza, têm impactado na forma

como o Estado se torna parceiro ou não dos interesses sociais.

Se o Brasil permanece como uma das 10 maiores economias do mundo, o Estado de São Paulo contribui de forma relevante para tanto, pois possui uma grandeza econômica significativa e que deve ser considerada pelo Tribunal de Contas em suas ações de controle externo.

O atual cenário indica a necessidade de uma gestão pública voltada para resultados, cuja análise das necessidades sociais revela forte enfoque na qualidade da prestação dos serviços públicos.

Os serviços públicos precisam ser continuamente modernizados, eficientes e efetivos, para acompanhar a evolução das necessidades sociais. É nesse contexto que o Tribunal de Contas promove a 3ª Edição do índice de efetividade da gestão municipal – IEGM/TCESP.

O Estado de São Paulo em números

POPULAÇÃO: Brasil – 204,5 milhões de habitantes;
São Paulo – 44,3 milhões (21,72%);

PIB NOMINAL: Brasil – R\$ 5,904 trilhões;
São Paulo – R\$ 1,9 trilhões (32%);

PIB PER CAPITA: Brasil – R\$ 28.879,00;
São Paulo – R\$ 42.707,00 (48% maior);

São Paulo contribui com mais de 41% da arrecadação dos impostos federais.

Fonte: IBGE, RFB, Banco Central e Fundação Seade.
Dados de 2015.

2.

HISTÓRICO DO IEGM/TCESP

O Tribunal de Contas, já há algum tempo, tem realizado mudanças significativas em suas atividades de fiscalização de controle externo.

As medidas fiscalizatórias como ações concomitantes, seletividade, acompanhamento de contas, integração de Agentes de Colaboração, Programa de Fiscalização Continuada - PROFISCO, reuniões técnicas virtuais com UR's, participações nas atividades da Rede INFOCONTAS, no CIISP¹, no FOCCOSP² e na ATRICON³, disponibilização de matriz de risco, entre outras importantes atividades, têm sido um ponto de destaque na produção de conhecimento para tornar a fiscalização de controle externo mais técnica e eficiente, tendo por base os princípios da auditoria de resultado.

O **Sistema AUDESP** e o **e-TCESP**, ambos com foco no aperfeiçoamento das atividades jurisdicionais da Corte, implementam, ao menos aos interessados, celeridade, transparência e acessibilidade da informação e do conhecimento.

A Corte de Contas paulista entende que novas tecnologias de controle externo devem ser utilizadas para um novo modelo de fiscalização, com foco nos princípios

da Economia, da Eficiência, da Eficácia e da Efetividade, respeitando suas atribuições constitucionais e legais.

Conforme as Diretrizes estabelecidas para 2016-2020, a transparência, comunicação e orientação aos jurisdicionados são essenciais para aumentar a efetividade e o reconhecimento social do Tribunal, cuja visão de futuro é ser uma instituição de referência no controle da efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Esse grande desafio consiste em estabelecer caminhos para efetivar a **modernização e a ampliação do modelo de fiscalização de conformidade para o de auditoria de resultado**, nos moldes do que ocorre nas grandes nações desenvolvidas (como o *Bundesrechnungshof* – o Tribunal de Contas da Alemanha, entre outros) e no Tribunal de Contas Europeu, de caráter supranacional, responsável pelo controle externo das contas da União Europeia.

Uma mudança de comportamento das atividades de controle externo, em busca de análises de resultado da execução do orçamento dos entes federados jurisdicionados, deve passar por critérios técnicos e objetivos, muito bem delineados, que apresentem a convergência de interesses públicos com o planejamento estatal.

Criar indicadores finalísticos para análises dos processos utilizados pelos jurisdicionados é uma tarefa que vem reunindo esforços dos agentes políticos e técnicos da Corte de Contas Paulista com o fim de contribuir para uma sociedade mais justa.

¹ CIISP - Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo

² FOCCOSP - Fórum de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo

³ ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil

Neste sentido, o índice denominado **IEGM/TCESP – Índice de Efetividade da Gestão Municipal** – além de proporcionar uma nova perspectiva mais contundente na fiscalização de resultado, permite que o Tribunal de Contas redirecione seus esforços aos anseios sociais.

Em outubro de 2014, foi lançada a 1ª Edição do IEGM/TCESP e contou com a participação dos 644 jurisdicionados municipais do Estado de São Paulo – 100% de adesão. Os resultados desse levantamento foram divulgados no ano seguinte com todos os produtos (Anuário, Prisma, Smart, RDM, Infosite e Aplicativo *Mobile*) disponibilizados aos seus respectivos públicos.

No ano de 2016, a 2ª Edição do IEGM/TCESP foi apresentada e também teve adesão de 100% dos municípios fiscalizados por esta Corte de Contas. As análises dos dados foram disponibilizadas através dos mesmos produtos, inclusive com comparativos/evolução dos quesitos de um ano para o outro.

Após 2 exercícios, o IEGM/TCESP tornou-se um índice extensível a todos os Tribunais de Contas do Brasil através da Rede Indicon⁴, denominado IEGM/Brasil, que contou com a adesão de 4.037 municípios (85,9%).

Para esta 3ª Edição, todas as prerrogativas foram mantidas para os municípios alcançarem as boas práticas vislumbradas nas edições anteriores e também analisar criticamente a sua gestão atual.

⁴ Rede Indicon – Rede nacional de Indicadores

3.

O QUE É O IEGM/TCESP

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM/TCESP mede a qualidade dos gastos municipais e avalia as políticas e atividades públicas do gestor municipal. Apresenta, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos municípios estão sendo alcançados de forma efetiva. Ele pode ser utilizado como mais um instrumento técnico nas análises das contas públicas, sem perder o foco do planejamento em relação às necessidades da sociedade.

O IEGM/TCESP permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios jurisdicionados no exercício de suas atividades que devem ser disponibilizadas em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a entender a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando ao alcance dos objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia)⁵.

Ele propicia também a formulação de relatórios objetivos em áreas sensíveis do planejamento público para a alta administração da Corte de Contas paulista e alimenta com dados técnicos o pessoal da fiscalização, em complementação às ferramentas hoje disponíveis.

O IEGM/TCESP é um índice perene que proporciona visões da gestão pública para 7 dimensões da execução do orçamento público:

- Educação;
- Saúde;

- Planejamento;
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Cidades Protegidas;
- Governança em Tecnologia da Informação.

Essas dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas⁶.

O índice é composto pela combinação dos seguintes itens:

- Dados governamentais;
- Sistema AUDESP;
- Informações levantadas a partir de questionários preenchidos pelas Prefeituras Municipais.

A abrangência geográfica do IEGM/TCESP é todos os municípios do Estado de São Paulo, com exceção do município de São Paulo (Capital) que é fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Município.

Essa nova tecnologia de fiscalização implica uma diferente repartição de atividades e responsabilidades em matéria de execução do orçamento, o que deve ser cuidadosamente tomado em consideração nas fases de planejamento e a realização da auditoria de resultados, bem como de elaboração de relatórios que serão fornecidos aos Exmos. Conselheiros e ao pessoal de controle externo.

Apresentar os resultados da aplicação dos recursos públicos é dever do Estado, não só por sua obrigação legal, mas também para atender ao princípio da moralidade no qual deve se pautar a gestão pública, dessa forma conquistando a legitimidade de suas ações para o bem comum da sociedade. Em uma visão direta e sintética, o IEGM/TCESP apresenta produtos finais para a alta administração da Casa (Presidência e Conselheiros), para o pessoal da fiscalização (SDG) e, principalmente, para a sociedade e outros órgãos de controle externo (informações da gestão pública municipal).

5 C f. Manual de Auditoria de Resultados do Tribunal de Contas Europeu (disponível em http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF).

⁶A priorização considerou a jurisprudência do TCESP e as disposições normativas da Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

4.

Os Produtos Derivados do IEGM/TCESP

Os dados do IEGM/TCESP serão consolidados e apresentados conforme as necessidades de cada público-alvo com o intuito de buscar novos caminhos para a fiscalização por resultado.

Esta busca também apresenta uma nova percepção de oportunidades operacionais. Uma delas é a modernidade que passa pelos nomes dos documentos a serem produzidos e utilizados nos quatro principais produtos derivados da implantação do IEGM/TCESP.

4.1 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS (ANUÁRIO)

O Relatório de Informações Gerenciais – Anuário consolida o resultado das 7 dimensões do IEGM/TCESP e abrange todos os municípios participantes.

Os dados são apresentados graficamente e com análises de alguns quesitos para a alta administração. Além disso, são realizados comparativos com outros indicadores utilizados pelas Secretarias do Estado de São Paulo.

Esta abordagem gerencial permite uma visão ampla dos resultados obtidos pelo planejamento da gestão municipal. Para alguns quesitos é possível identificar até uma tendência de comportamento ou um padrão de qualidade do serviço público de acordo com o conjunto de medidas adotadas no decorrer de cada ano de gestão pública.

4.2 RELATÓRIO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTRATÉGICAS (PRISMA)

O Relatório Informações Gerenciais e Estratégicas apresenta a posição da gestão municipal das prefeituras

nas 7 dimensões analisadas, proporcionando melhor diagnóstico quanto às realizações e/ou resultados das ações dos agentes políticos. Procura-se evidenciar uma análise quanto ao alcance dos objetivos operacionais municipais.

4.3 MATRIZ DE RISCO (SMART⁷)

A Matriz de Risco apresenta a composição das atividades das prefeituras nas 7 dimensões analisadas, proporcionando uma visão mais clara quanto às contratações, licitações e planejamento dos resultados das ações dos agentes políticos. Dessa forma, qualificamos ainda mais o tempo despendido no planejamento das ações de controle, haja vista o diagnóstico dos pontos sensíveis a serem apresentados à fiscalização.

Essa matriz de risco apresenta uma abordagem transparente e clara para o órgão fiscalizado, mitiga os possíveis erros de auditoria, pois apresenta os pontos relevantes e pertinentes suscetíveis de fiscalização, permitindo a criação de uma atmosfera de diálogo construtivo nas fases de fiscalização.

4.4 SITE INFOGRÁFICO

O site infográfico é o relatório eletrônico publicado no Portal WEB do Tribunal de Contas, que, apoiado pela tecnologia, organiza e disponibiliza informações à sociedade e aos demais órgãos de controle por meio do monitoramento dos planejamentos e gestões dos agentes públicos nas 7 (sete) dimensões monitoradas.

Os dados apresentados novo portal do IEGM/TCESP contribuem para o aprimoramento dos controles externo e interno, permitindo-lhes funcionar como ferramenta de apoio à gestão pública.

⁷ O termo **SMART** é uma correspondência ao termo utilizado pelo Tribunal de Contas Europeu. O manual de auditoria de resultado da Corte de Contas europeia define que SMART permite "identificar e analisar riscos internos e externos para a realização dos objetivos da Comissão. No sistema de controlo interno da Comissão, 'resultados e gestão do risco' inclui, por um lado, a definição de objetivos a nível estratégico, operacional e tático segundo o método ABM, devendo todas as actividades ter objectivos específicos, mensuráveis, realizáveis, relevantes e delimitados no tempo - specific, measurable, achievable, relevant and timely (SMART) - e, por outro, a análise e a gestão do risco das principais actividades." (disponível em http://www.eca.europa.eu/Lists/ECADocuments/PERF_AUDIT_MANUAL/PERF_AUDIT_MANUAL_PT.PDF).

Esse site agrega os novos conceitos de **utilização das informações** (forma fácil de compreender os dados) postas à disposição da sociedade por meio de infográficos.

As informações no site apontam aos agentes e gestores públicos os indicadores finalísticos quanto à realização de gastos, de modo a permitir análises comparativas, subsidiando a tomada de decisões para melhoria da aplicação dos recursos públicos nos seus processos.

4.5 RELATÓRIO DE DESEMPENHO

Este relatório tem como finalidade fornecer ao gestor municipal a possibilidade de comparar o desempenho de seu município com outros similares, possibilitando identificar as melhores práticas e conseqüentemente, contribuir para uma melhora no desempenho da Administração Pública Municipal. O artefato é baseado exclusivamente em informações prestadas pelos próprios Municípios, as quais são validadas por amostragem pelas equipes de fiscalização deste Tribunal. Desse modo, variáveis como o gasto na educação, por exemplo, somente são consideradas definitivas após o trânsito em julgado do Parecer emitido pelo Relator das respectivas contas.

4.6 APLICATIVO IEGM MOBILE

O IEGM Mobile permite a visualização dos índices em dispositivos móveis que utilizam o sistema *Android*. Sendo assim, os cidadãos têm uma poderosa ferramenta de fiscalização e participação social, pois com ele o munícipe pode tomar conhecimento da situação em seu município, bem como interagir, fiscalizar, e até mesmo apresentar denúncias diretamente ao Tribunal de Contas, podendo inclusive anexar fotos captadas com seu *smartfone*.

Os aplicativo é gratuito e pode ser baixado diretamente da *Google Play Store*, ou através do seguinte *link*: "https://play.google.com/store/apps/details?id=br.gov.sp.tce.iegm_mobile&hl=pt_BR".

5.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES DO IEGM/TCESP NESTE ANO

O IEGM/TCESP é um índice dinâmico e flexível, o que possibilita sua adaptação ano a ano de acordo com a consolidação de uma determinada política por todos ou pela maior parte dos municípios ou com o acréscimo de novos temas de interesse social.

Neste terceiro ano permanecem as 7 dimensões (i-Educ, i-Saúde, i-Planejamento, i-Fiscal, i-Amb, i-Cidade e i-Gov TI). No entanto, algumas questões foram substituídas e algumas pontuações foram modificadas.

Os questionários poderão ser respondidos de forma descentralizada pelo responsável de cada uma das 7 dimensões do IEGM, por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

6.

AS DIMENSÕES DO IEGM/TCESP

Desde o final de 2013, a Divisão AUDESP vem realizando diversos eventos e reuniões com agentes políticos, técnicos de outros órgãos estaduais (Secretarias da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Defesa Civil), órgãos da sociedade civil e, principalmente, realinhamento de atividades de controle externo com a Secretaria-Diretoria Geral, além de conversas técnicas com demais Agentes de Fiscalização desta Corte de Contas que são nossos especialistas em indicadores.

Essas atividades permitiram entender e apresentar os 7 índices componentes do IEGM/TCESP, cada um baseado na respectiva dimensão da gestão pública apresentada anteriormente:

- **i-EDUC/TCESP:** Índice Municipal da Educação;
- **i-SAÚDE/TCESP:** Índice Municipal da Saúde;
- **i-PLANEJAMENTO/TCESP:** Índice Municipal do Planejamento;
- **i-FISCAL/TCESP:** Índice Municipal da Gestão Fiscal;
- **i-AMB/TCESP:** Índice Municipal do Meio Ambiente;
- **i-CIDADE/TCESP:** Índice Municipal de Cidades Protegidas;
- **i-GOV TI/TCESP:** Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação.

6.1 i-EDUC/TCESP

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal relativa à educação infantil, creches e pré-escolas e Ensino Fundamental I que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

Fonte

Censo escolar e Sistema AUDESP: base multivalorada.

6.2 i-SAÚDE/TCESP

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados a partir de indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre a gestão da Saúde Pública

Municipal, na esfera de responsabilidade municipal, que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de gestão municipal da Saúde voltada à Atenção Básica, que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

Alguns indicadores da Secretaria da Saúde são estudados para entendimento dos processos realizados pelas prefeituras e elaboração do questionário de atividades finalísticas, porém tais fatores não são considerados para o cálculo do resultado final do i-SAÚDE/TCESP.

Fonte

Sistema AUDESP: base multivalorada.

6.3 i-PLANEJAMENTO/TCESP

Objetivo

O índice do planejamento permite ordenar os municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados.

Para isso, analisamos os percentuais gerados em relação à execução, comparando essa com o que foi estabelecido no planejamento da entidade. Por meio desse comparativo, é possível visualizar os reflexos na qualidade de vida dos municípios (sejam diretos ou indiretos).

Além dos aspectos relacionados ao cumprimento do que foi planejado, também é possível identificar a existência de coerência entre as metas físicas alcançadas e os recursos empregados, bem como entre os resultados alcançados pelas ações e seus reflexos nos indicadores dos programas.

Nesta segunda versão do i-Planejamento acrescentamos quesitos destinados a avaliar todas as etapas do

planejamento, com a finalidade de avaliar os processos ligados a esta dimensão do IEGM.

Metodologia Aplicada

Pesquisando outros índices desenvolvidos por renomados órgãos, sejam nacionais ou internacionais, observamos que o índice é um valor agregador de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas, a fim de proporcionar, de maneira precisa e rápida, uma conclusão sobre o tópico analisado.

O índice é formado por indicadores, que são situações avaliadas de um determinado fato. Um exemplo é o índice de inflação, no qual a variação de cada um dos produtos que constam da cesta gera um indicador. Ao agregá-los (por soma, diferença ou outro método) apura-se o resultado do índice desejado.

No presente caso, em que desejamos apurar o índice do planejamento, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações;
- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados;
- Percentual de alteração do planejamento inicial;
- Percentual da taxa de investimento estabelecida no planejamento inicial e a executada.

Fonte

Sistema AUDESP: base multivalorada.

6.4 i-FISCAL/TCESP

Objetivo

O índice da gestão fiscal permite ordenar os municípios quanto à política fiscal estabelecida e executada (direta

ou indiretamente), habilitando o usuário da informação a entender, de maneira ampla, o comportamento das decisões tomadas pelos responsáveis na administração municipal no que diz respeito à parte fiscal.

Para isso, são analisadas a execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal.

Além dos aspectos relacionados à obediência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é possível acompanhar se questões como endividamento, planejamento e metas são conduzidos segundo uma gestão adequada, a fim de não comprometer as receitas futuras e a prestação de serviços públicos à população local.

Aos quesitos avaliados na versão anterior, nesta segunda versão do i-Fiscal acrescentamos dois quesitos com o objetivo apurar, em relação às Prefeituras Municipais, a quantidade de alertas recebidos, bem como o número de balancetes rejeitados pelo Sistema AUDESP.

Por fim, importante destacar que os tópicos considerados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo como fundamentais para a emissão de Parecer sobre a gestão municipal, como resultado do Ensino, da Saúde, pagamentos de Precatórios, entre outros, são considerados na apuração do i-Fiscal.

Metodologia Aplicada

Conforme exposto anteriormente, o i-Fiscal/TCESP é também um índice que reflete o valor agregado de outros valores, que procura expressar em um número o resultado de várias análises realizadas. No presente caso, em que desejamos apurar o índice da Gestão Fiscal, consideramos os seguintes indicadores, detalhados com a sua apuração:

- Análise da Receita (execução orçamentária);
- Análise da Despesa (execução orçamentária);
- Análise da execução orçamentária;
- Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida fluante);

- Despesas com Pessoal – Poder Executivo;
- Despesa com Pessoal - Poder Legislativo;
- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit);
- Apuração da dívida fundada (aumento/redução);
- Apuração dos pagamentos dos precatórios;
- Repasse de duodécimos às Câmaras;
- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas.

Fonte

Sistema AUDESP: base multivalorada.

6.5 i-AMB/TCESP

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica das ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental etc.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de Meio Ambiente que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

O IQR da CETESB é considerado para entendimento dos processos quanto à qualidade dos resíduos sólidos cujo manejo seja de responsabilidade municipal.

Fontes

CETESB e Sistema AUDESP: base multivalorada.

6.6 i-CIDADE/TCESP

Objetivo

Apresentar a lista com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos sobre a proteção realizada em suas cidades que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

As métricas matemáticas deste índice componente permitem a visualização da gestão municipal quanto ao grau de inter-relacionamento com outros órgãos de suporte e a sua gestão quanto à preparação e reação em situações de emergência.

Fonte

Sistema AUDESP: base multivalorada.

6.7 i-GOV TI/TCESP

Objetivo

Apresentar a relação com o posicionamento de municípios jurisdicionados com indicadores que estabeleçam uma métrica que mensure o conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade.

Metodologia Aplicada

É fornecida a cada órgão jurisdicionado uma série de quesitos específicos de TI que devem ser respondidos eletronicamente por meio do Portal de Auditoria Eletrônica.

Os cálculos matemáticos são realizados por meio de algoritmos e rotinas computacionais utilizando os pesos atribuídos a cada quesito.

Fonte

Sistema AUDESP: base multivalorada.

7.

Dos pesos dos índices que compõem a elaboração final do IEGM/TCESP

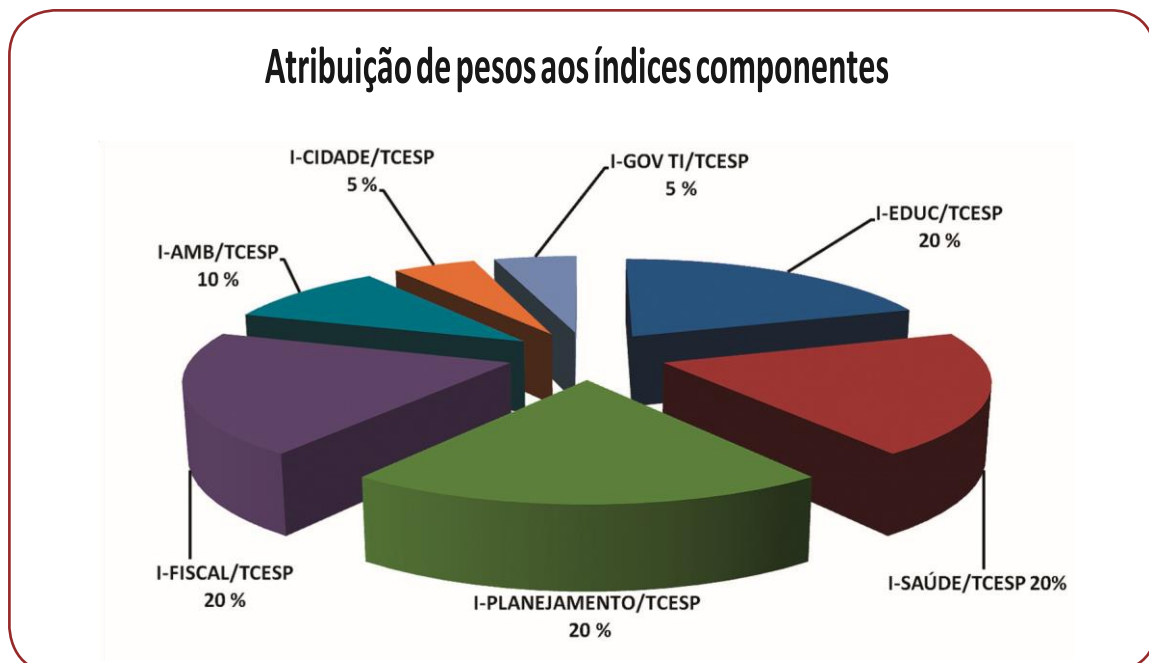
O IEGM/TCESP é o índice final que reúne os índices apurados nas 7 dimensões apresentadas. Para compreender a gestão municipal nessas dimensões,

utilizamos a métrica de ponderação que melhor reflete o grau de relevância das apurações.

A distribuição das ponderações foi baseada no volume de despesas realizadas nos exercícios de 2011, 2012 e 2013, por função de governo (“Ensino”, “Saúde”, “Administração” etc.⁴). Nos casos em que o índice não possui uma função de governo diretamente atrelada, ela foi relacionada com a função que apresenta maior semelhança (por exemplo: o I-GOV TI/TCESP toma por base a função “Administração”).

Os dados das despesas utilizados para a apuração das ponderações são extraídos da execução orçamentária dos municípios, encaminhados ao Sistema AUDESP por meio dos balancetes mensais, de acordo com a obrigação de prestação de contas estabelecida na legislação estadual.

Apresentamos a seguir os valores ponderados dos índices componentes do IEGM/TCESP:



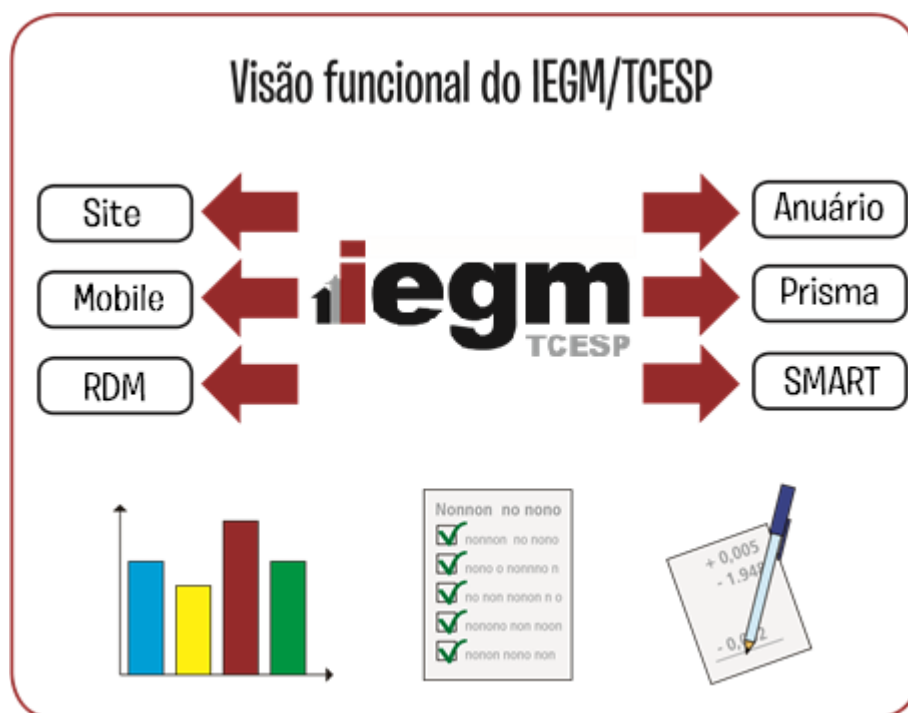
⁴ Conforme Portaria nº 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8.

Visão funcional do IEGM/TCESP

A visão funcional do IEGM/TCESP, apresentada em forma de figura sintética a seguir, explora as potencialidades e utilização dos indicadores das 7 dimensões consideradas.

O IEGM/TCESP permite a criação de relatórios aos Exmos. Conselheiros, à Fiscalização e às prefeituras municipais jurisdicionadas, ampliando a interação entre o TCESP e a sociedade por meio do site com infográficos.



9.

Das sínteses das metodologias utilizadas na construção dos 7 índices temáticos – IEGM/TCESP

Os procedimentos empregados na construção dos índices e indicadores, com seus quesitos, posicionamento e critérios finalísticos, resultam do apoio de servidores do TCESP, especialistas de outros órgãos e sociedade civil em diversas reuniões de trabalho.

Esse processo insere-se em um contexto de diálogos e discussões teórico-metodológicos que se aprofundou com a perspectiva de o TCESP buscar novas tecnologias de fiscalização concomitante e de auditoria de resultados.

Nesse aspecto, esse processo amplamente participativo adotado na construção do IEGM/TCESP

promove também o envolvimento de seus usuários imediatos e potenciais, conferindo-lhe credibilidade e validação político-institucional, possibilitando alcançarmos sua efetiva utilização nos relatórios (PRISMA e SMART) e disponibilização de informações na Internet.

No que tange à composição temática – 7 dimensões – e às fontes de informação, o IEGM/TCESP articula uma grande variedade dos aspectos geridos pelo gestor municipal – Educação, Saúde, Meio Ambiente, Proteção das Cidades etc. – que muito influenciam a qualidade de serviços e o cotidiano de seus munícipes.

9.1 SÍNTESE: i-EDUC

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>1. A prefeitura municipal realizou ações e medidas para monitoramento da taxa de abandono das crianças na idade escolar (Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano)?</p> <p>Obs.: Ações e medidas documentadas, apenas ligação para telefone cadastrado do aluno não caracteriza medida para reduzir a taxa de abandono.</p>	SIM – 05
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por necessidade de trabalho?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por dificuldades de aprendizado?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por causa de doenças crônicas?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por falta de incentivo dos pais?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por mudança de endereço?
	Quantas crianças abandonaram os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) por outros motivos?
	NÃO – 00
<p>2. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de creches em 2016?</p>	SIM – 05
	Qual o número:
	NÃO – 00
<p>3. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam de pré-escola em 2016?</p>	SIM – 05
	Qual o número:
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
4. A prefeitura municipal fez uma pesquisa/estudo para levantar o número de crianças que necessitavam dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) escolar em 2016?	SIM – 03
	Qual o número:
	NÃO – 00
5. A prefeitura aplicou algum programa municipal de avaliação de rendimento escolar?	SIM, avaliação própria ou prova padronizada – 03 Obs. Prova padronizada é uma prova aplicada aos alunos com as mesmas questões para todas as escolas ao mesmo tempo.
	SIM, aderiu ao SARESP – 02
	SIM, terceirizada – 01 Qual empresa? Qual CNPJ?
	Não aplicou – 00
6. A prefeitura municipal utilizou algum indicador de qualidade para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	SIM – 03
	NÃO – 00
7. Que indicador(es) de qualidade foram utilizados pela prefeitura municipal para análise da educação dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	IDEB
	IDESP
	Outro – Qual?
8. O município possui o Plano Municipal de Educação?	SIM – 05 Informe nº da lei e data da promulgação:
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>9. Sobre a infraestrutura de ensino com apoio da Tecnologia, todas as escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) possuem laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos da rede escolar municipal?</p>	<p>SIM – 03</p> <p>Qual a quantidade de computadores em funcionamento destinados às aulas de informática em todas as escolas do município?</p> <p>Obs. Quantidade de computadores em funcionamento = total de computadores destinados aos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em todas as escolas do município.</p>
	<p>NÃO – 00</p>
<p>10. Sobre a infraestrutura das escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), informe:</p>	<p>Quantidade de escolas adaptadas para receber crianças com deficiência (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação):</p>
	<p>Quantidade de escolas que possuem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m):</p>
<p>11. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de ensino destinadas à creche, pré-escola e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) do município no ano de 2016, responda:</p>	<p>Quantas unidades de ensino necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2016?</p>
	<p>Quantas unidades de ensino tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura?</p>
<p>12. Número de crianças de 4 a 5 anos de idade não matriculadas na pré-escola em 2016:</p>	
<p>13. Qual o piso salarial mensal dos professores no município? Obs. Considerar o piso base para 40 horas semanais.</p>	<p>Creche:</p>
	<p>Pré-escola:</p>
	<p>Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):</p>
<p>14. O município divulga e cumpre o cardápio pré-estabelecido pela nutricionista?</p>	<p>SIM – 03</p>
	<p>NÃO – 00</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
15. Existe um estudo anual do traçado e tempo de viagem das rotas do transporte escolar?	SIM Qual a média de tempo (em minutos)?
	NÃO
16. Qual a idade média da frota escolar, em anos? Obs. Idade média = (Ano de 2016 (-) Ano de fabricação de cada veículo)/número total de veículos da frota escolar	
17. Como é feita a preparação da merenda no município?	Cozinha piloto própria
	Nas escolas (que possuem merendeiras)
	Terceirizada
	Qual o custo unitário médio do almoço? Qual o CNPJ da empresa contratada?
18. Existe um controle por meio de relatórios elaborado pela nutricionista que permita atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos e acompanhamento/aceitação do cardápio proposto na rede escolar municipal?	SIM, semanalmente – 02
	SIM, mensalmente – 01
	NÃO – 00
19. Todos os professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, conforme instituído no art. 62 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996?	SIM – 05
	NÃO – 00
	Qual o percentual de professores que possuem?
20. O Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitam atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço?	SIM – 04 Qual a quantidade de visitas que o CAE realizou nas escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2016?
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>21. O município utilizou algum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos na rede municipal?</p> <p>Obs.: Não considerar Programa Ler e Escrever, que é um treinamento voltado para os professores.</p>	SIM – 04 Qual?
	Percentual de cobertura - 1º ano:
	Percentual de cobertura - 2º ano:
	Percentual de cobertura - 3º ano:
	Percentual de cobertura - 4º ano:
	Percentual de cobertura - 5º ano:
	NÃO – 00
22. Qual o total de turmas para creche?	
23. Qual o total de turmas para pré-escola?	
24. Qual o total de turmas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
25. Qual a quantidade de matrículas realizadas em creche?	
26. Qual a quantidade de matrículas realizadas em pré-escola?	
27. Qual a quantidade de matrículas realizadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
28. Qual a quantidade de alunos que terminaram o último ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016?	
29. Qual a quantidade de alunos matriculados no último ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016 que teve aproveitamento nos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) em 2017?	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
30. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à creche?	
31. Qual a quantidade de professores temporários destinados à creche?	
32. Qual a quantidade de professores efetivos destinados à pré-escola?	
33. Qual a quantidade de professores temporários destinados à pré-escola?	
34. Qual a quantidade de professores efetivos destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
35. Qual a quantidade de professores temporários destinados aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	
36. Informe a porcentagem de professores efetivos com pós-graduação:	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
37. Informe a quantidade total (dias) de ausência dos professores por faltas (incluindo os afastamentos legais) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): Obs. Todos os dias de ausência de professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) no ano de 2016 (justificadas ou injustificadas)	Faltas injustificadas:
	Faltas justificadas:
	Licença médica:
	Licença maternidade/paternidade:
	Abonos:
	Outros: (inclusive ausências pontuais amparadas por lei).
38. Quantos estabelecimentos municipais de ensino destinados à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) estavam funcionando durante o exercício de 2016? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):

QESITOS	PONTUAÇÕES
39. Qual a quantidade de unidades de ensino (estabelecimentos físicos) existentes no município destinadas à creche, pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) em 2016?	
40. Quantos estabelecimentos de ensino estavam funcionando em período integral durante o exercício de 2016? Ex: Caso haja escola mista de pré-escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), considerar 1 estabelecimento em pré-escola e 1 em Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
41. Quantas vagas foram disponibilizadas no ano de 2016 para período integral?	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
42. Existe Conselho Municipal de Educação estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM – 04
	NÃO – 00
43. Quanto foi aplicado de recursos municipais, em reais, na capacitação e avaliação do corpo docente municipal em 2016?	Creche:
	Pré-escola:
	Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano):
44. O município utiliza material didático elaborado por empresa terceirizada (livros e/ou apostilas de sistemas de ensino)?	SIM:
	Informe a CNPJ e Razão social da(s) empresa(s)
	NÃO
45. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os professores?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de feiras e eventos aos finais de semana
	Absentéismo de professores
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outro - qual?

QUESITOS	PONTUAÇÕES
46. O município possui levantamento da distorção idade/série nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)?	SIM
	NÃO
47. Qual a data de início do ano letivo de 2016?	
48. Qual a quantidade total de professores/profissionais de educação em sala de aula para atendimento constante e direto dos alunos da rede municipal?	Creche:
	Pré-escola:
	1º ano – Ensino Fundamental:
	2º ano – Ensino Fundamental:
	3º ano – Ensino Fundamental:
	4º ano – Ensino Fundamental:
5º ano – Ensino Fundamental:	
49. Quanto às bibliotecas e salas de leitura na rede municipal, responda: Obs.: Pontuação obtida através do cálculo do desvio padrão da razão entre o nº de escolas com biblioteca ou sala de leitura e o nº de escolas no município . Para Outliers : 03 pontos Para municípios dentro do intervalo de dispersão : 02 pontos Para pontos de atenção : 00 ponto Caso a escola possua biblioteca e sala de leitura, considerar a escola apenas na biblioteca.	Quantas escolas da rede municipal possuem bibliotecas? Obs. A definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário.
	Quantas escolas da rede municipal possuem sala de leitura?
50. Houve entrega do material didático (livros, apostilas, etc.) aos alunos na rede municipal?	SIM Data da entrega: - se data <= início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 15 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 15 dias = 00 ponto
	NÃO – 00 ponto

QUESITOS	PONTUAÇÕES
51. Houve entrega do uniforme escolar à rede municipal?	SIM Data da entrega: - se data <= início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 60 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 60 dias = 00 ponto
	NÃO – 00 ponto
52. Existe um programa de inibição ao absentismo de professores em sala de aula (incluindo os afastamentos legais)?	SIM, com benefício financeiro; com processo de perícia médica municipal; com programas de prevenção à saúde do professor – 05
	NÃO: 00
53. A Prefeitura/Secretaria da Educação Municipal possui Plano de Cargos e Salários para seus professores?	SIM: 00 ponto Qual o número da lei?
	NÃO: –1 (Menos um ponto)
54. Informe o total de horas de treinamento e capacitação oferecidos pelo município destinados a professores no exercício de 2016:	Creche:
	Pré-escola:
	Ciclo I:
55. Houve entrega do Kit escolar à rede municipal? EXEMPLO de composição de um kit escolar: - Caderno “Brochurão” – 4 unidades (96 folhas cada) - Caderno de Desenho – 1 unidade (96 folhas cada) - Régua 30 cm – 1 unidade - Lápis de cor grande (12 cores) – 2 caixa - Lápis grafite – 4 unidades - Lápis grafite de resina termoplástica – 4 unidades - Caneta esferográfica azul – 4 unidades - Apontador com depósito – 6 unidades - Borracha branca – 3 unidades - Tubo de cola branca – 3 unidades - Giz de cera (12 cores grande) – 1 caixa - Guache (12 cores) – 1 caixa	SIM Data da entrega: - se data <= início das aulas = 04 pontos - se data < início das aulas + 15 dias = 02 pontos - se data >= início das aulas + 15 dias = 00 ponto
	O kit escolar permanece no almoxarifado da escola e é retirado no momento do uso pelos alunos – 04 pontos
	NÃO – 00 ponto

QUESITOS	PONTUAÇÕES
56. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Educação no último exercício? (Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	8 ou mais reuniões – 04 pontos
	6 a 7 reuniões – 02 pontos
	4 a 5 reuniões – 01 ponto
	0 a 3 reuniões – 00 ponto
57. Quanto ao número de profissionais da educação não docentes (Ex: monitor, pedagoga, psicóloga, secretária, etc) atuantes no ciclo I, informe:	Número de profissionais ocupantes de cargos de provimento efetivo:
	Número de profissionais temporários:
58. FUNDEB – (Dados parametrizados e calculados do Sistema AUDESP)	>= 95% – 04
59. FUNDEB – (Dados parametrizados e calculados do Sistema +AUDESP)	>= 60% Magistério - 04
60. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional (apuração eletrônica no Sistema Audesp)? *INCLUSA COMO REGRA DE REBAIXAMENTO DE NOTA NAS FAIXAS DE RESULTADO	SIM – 14
	NÃO – 00

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde Pública
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-EDUC/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-EDUC/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

9.2 SÍNTESE: i-SAÚDE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA SAÚDE

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui informação sistematizada sobre os gargalos/demanda reprimida de atendimento ambulatorial/hospitalar de média e alta complexidade de referência para a Atenção Básica?	SIM – 12 Qual é o tempo médio de espera (em dias) até a primeira consulta?
	NÃO – 00
2. O município disponibiliza consultas médicas à distância utilizando instrumentos tecnológicos (telefone, Internet, etc.)? Obs. Não considerar marcação de consulta nem orientação médica emergencial	SIM – 00
	NÃO – 05
3. O Município divulga nas UBS em local acessível ao público a escala atualizada de serviço dos profissionais de saúde contendo o nome e o horário de entrada e saída destes servidores?	SIM – 05
	NÃO – 00
4. Os locais de atendimento médico-hospitalar municipais e UBSs possuem AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros)?	SIM, todos possuem – 08
	SIM, a maior parte possui - 05
	SIM, a menor parte possui – 03
	NÃO – 00
5. Os locais municipais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária?	SIM, todos possuem – 10
	SIM, a maior parte possui - 07
	SIM, a menor parte possui – 04
	NÃO – 00
6. O município possui gestão de estoque dos insumos (Ex.: luvas, capotes, gorros, máscaras e seringas) para operacionalização da sua atenção básica: estoque mínimo, variação do estoque?	SIM (informatizada) – 05
	SIM (manual) – 03
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
7. O atendimento nas unidades municipais que prestam assistência em saúde já foi interrompido ou descontinuado por falta de insumos?	SIM
	NÃO
8. O município possui o componente municipal do Sistema Nacional de Auditoria estruturado?	SIM
	NÃO
9. A prefeitura realizou campanha anual ou incentivo em grupos de gestantes para a promoção do aleitamento materno? Obs.: A orientação passada durante as consultas não configura campanha anual ou incentivo.	SIM – 03
	NÃO – 00
10. Qual o percentual de cobertura da população-alvo, em média, nas campanhas de vacinação?	Referente ao calendário de vacinação do 1º ano de vida:
	Referente ao calendário de vacinação do 2º ano de vida:
	Referente ao calendário da população adulta:
11. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de hipertensão estão atualizados?	SIM
	NÃO
12. O cadastro e o acompanhamento específicos para pacientes portadores de Diabetes Mellitus está atualizado?	SIM
	NÃO
13. Os médicos cumprem integralmente sua jornada de trabalho?	SIM – 07
	Permanece apenas nas consultas agendadas – 03
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>14. As unidades básicas de saúde no município possuem condições técnicas para realização de tratamento supervisionado para os casos de tuberculose?</p>	SIM, todas possuem – 05
	SIM, a maior parte das UBS possui – 03
	SIM, a menor parte das UBS possui – 01
	NÃO – 00
<p>15. Sobre a incidência de tuberculose no município no ano de 2016, informe:</p>	<p>Total de casos novos tuberculose (todos os tipos) diagnosticados no ano: Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
	<p>Total de casos novos de tuberculose (todos os tipos) no ano com exame anti-HIV realizado: Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
	<p>Taxa de cura de tuberculose no município (todos os tipos): Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
	<p>Total de casos novos tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados no ano: Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
	<p>Taxa de cura de tuberculose pulmonar bacilífera no município (todos os tipos): Não houve casos da doença no município Não possui registro</p>
<p>16. Qual o percentual de unidades com sala de vacinação com funcionamento em 05 dias da semana?</p>	0%: 00 ponto
	01% – 49,99%: 01 ponto
	50% – 74,99%: 03 pontos
	75% ou mais: 05 pontos
<p>17. Os médicos da UBS possuem sistema de controle de ponto eletrônico ou mecânico? (Exemplo de ponto eletrônico: biométrico; digital; etc.) Obs. Livro ponto não é controle eletrônico.</p>	SIM – 03
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
18. O município disponibiliza serviço de agendamento de consulta médica nas UBSs por meio de telefone, VOIP, Internet, totem, etc.?	SIM – 03
	NÃO – 00
19. Foi realizada ação para a promoção da saúde bucal nas escolas? Obs.: Palestras e escovação não configuram consulta.	SIM, com consulta odontológica das crianças – 03
	SIM, somente com divulgação – 01
	NÃO – 00
20. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) no município? Obs. Em dezembro de 2016	
21. Sobre a presença de médicos nas ESF, informe: Obs. Em dezembro de 2016	Todas as equipes contam com médicos – 03
	A maior parte das equipes conta com médicos - 02
	A menor parte das equipes conta com médicos - 01
	As equipes não contam com nenhum médico - 00
22. Qual a forma de gestão municipal no Programa Saúde da Família?	Recursos humanos próprios
	Convênio
	Contrato de gestão
	Termo de parceria
	Outro Qual:
23. Qual o número de agentes comunitários de saúde no município? Obs. Em dezembro de 2016	
24. Quanto ao número de nascidos vivos no município no ano de 2016, informe:	Número de nascidos vivos de mães residentes no município: <NÚMERO> ou NÃO POSSUI REGISTRO
	Número total de nascidos vivos de mães residentes no município que realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal na rede municipal de saúde: <NÚMERO> ou NÃO POSSUI REGISTRO

QUESITOS	PONTUAÇÕES
25. Qual a cobertura da terceira dose da vacina pentavalente aplicada no total de crianças menores de 1 ano de idade?	<PERCENTUAL>
	NÃO POSSUI REGISTRO
26. Qual o número de consultas médicas básicas realizadas nas UBSs do município no último ano?	<NÚMERO>
	NÃO POSSUI REGISTRO
27. Sobre atendimento de urgências, responda:	A Prefeitura implantou SAMU próprio
	A Prefeitura mantém apenas convênio de atendimento pré-hospitalar com o Corpo de Bombeiros
	A Prefeitura possui outro sistema de atendimento a urgências Qual: Descreva sucintamente:
28. Qual o intervalo de tempo médio de espera entre a marcação de consulta em especialidade médica e seu efetivo atendimento na UBS (em dias)?	<TEMPO EM DIAS>
	NÃO POSSUI REGISTRO
29. Existe Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante com a composição de membros completa e de acordo com a legislação?	SIM – 05
	NÃO – 00
30. Quantas reuniões foram realizadas pelo Conselho Municipal de Saúde em 2016? Obs.: Não considerar reuniões de eleição/exclusão de membros, aprovação de orçamento ou outro assunto não relacionado à natureza do Conselho)	8 ou mais reuniões – 05 pontos
	6 a 7 reuniões – 03 pontos
	4 a 5 reuniões – 01 ponto
	0 a 3 reuniões – 00 ponto

QUESITOS	PONTUAÇÕES
31. Qual a principal razão para pagamento de horas extras para os médicos?	Não existe pagamento de horas extras
	Realização de campanhas e eventos aos finais de semana
	Absentéismo
	Cobertura de férias e licenças
	Não possui equipe completa
	Outros (Quais?)
32. Qual a quantidade total de horas extras em 2016 para médicos?	
33. Sobre a dengue no município em 2016, informe:	Número de casos diagnosticados:
	Número de óbitos:
	Número de imóveis visitados em cada um dos seis ciclos preconizados. Ciclo I: Ciclo II: Ciclo III: Ciclo IV: Ciclo V: Ciclo VI:
	Número total de imóveis da área urbana do município:
34. O município possui Plano Municipal da Saúde com período correspondente ao PPA vigente?	SIM
	NÃO
35. Houve atendimento de pacientes de outros municípios do Estado de São Paulo em suas UBSs?	SIM
	NÃO
36. Quantos municípios foram atendidos?	<NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS>
	Selecione os municípios atendidos e, para cada um deles, informe a quantidade de pacientes atendidos.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
37. Qual a quantidade de médicos ativos do município em 2016? Carga horária: 20h; 30h ou 40h semanais.	Informe, para cada mês do ano de 2016, a quantidade de médicos ativos por carga horária cumprida: 20h, 30h e 40h semanais.
38. Qual o intervalo de tempo médio de espera, em dias, entre a marcação de exames clínicos solicitados na consulta na UBS e sua efetiva realização?	
39. O município possui Ouvidoria da Saúde implantada?	SIM Qual a quantidade de atendimentos realizados no último ano?
	NÃO
40. A Ouvidoria de Saúde possui relatórios de atendimentos?	SIM
	NÃO
41. O Fundo Municipal movimenta todos os recursos da Saúde mediante contas bancárias próprias?	SIM
	NÃO
42. O município tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)?	SIM
	Quantos estabelecimentos farmacêuticos (farmácias e centrais de abastecimento farmacêutico) da Atenção Básica existem no Município?
	Quantos destes estabelecimentos farmacêuticos têm implantado o sistema Hórus ou envia o conjunto de dados por meio do serviço <i>WebService</i> ?
	NÃO
43. Sobre as internações clínicas ocorridas no município em 2016, informe:	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município:
	Quantidade de internações por causas sensíveis à Atenção Básica:

QESITOS	PONTUAÇÕES
<p>44. Sobre as internações clínicas de pacientes residentes no município ocorridas em 2016, informe:</p>	Quantidade de internações clínicas ocorridas no município (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Quantidade de internações por cada uma das condições sensíveis à atenção básica abaixo : (Considere apenas as internações de pessoas residentes no município):
	Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:
	Anemia:
	Pneumonias bacterianas:
	Asma:
	Bronquites:
	Hipertensão:
	Insuficiência cardíaca:
	Diabetes mellitus:
	Epilepsias:
	Infecção no rim e trato urinário:
	Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:
Outras doenças sensíveis à atenção básica:	
<p>Para responder às questões 43 e 44, considere a seguinte lista CID-10 das Condições Sensíveis à Atenção Básica:</p>	
Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
1. Doenças evitáveis por imunização e outras DIP:	A15.0-A19.9, A33.0-A37.9; A50.0-A53.9, A95.0-A95.9, B05.0-B06.9, B16.0-B16.9, B26.0-B26.9, B50.0-B54.9, B77.0-B77.9, G00.0, I00-I02.9
2. Anemia:	D50.0-D50.9
3. Pneumonias bacterianas:	J13, J14, J15.3-J15.4, J15.8-J15.9, J18.1
4. Asma:	J45.0-J45.9

Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
5. Bronquites:	J20.0-J21.9, J40-J42
6. Hipertensão:	I10, I11.0-I11.9
7. Insuficiência cardíaca:	I50.0-I50.9
8. Diabetes mellitus:	E10.0-E14.9
9. Epilepsias:	G40.0-G40.9
10. Infecção no rim e trato urinário:	N30.0-N30.9, N34.0-N34.3, N39.0
11. Doença inflamatória nos órgãos pélvicos femininos:	N70.0-N73.9, N75.0-N76.8
Considere como <u>Outras doenças sensíveis à atenção básica</u> as seguintes:	
Outras Condições Sensíveis	Lista dos CID-10 (todos do intervalo especificado)
12. Gastroenterites infecciosas e complicações:	A00.0-A09.9; E86.0-E86.9
13. Deficiências nutricionais	E40-E46.9, E50.0-E64.9
14. Infecções de ouvido, nariz e garganta	H66.0-H66.9, J00, J01.0-J03.9, J06.0-J06.9, J31.0-J31.9
15. Angina	I20.0-I20.9
16. Infecção da pele e tecido subcutâneo	A46, L01.0-L04.9, L08.0-L08.9
17. Síndrome da Rubéola Congênita	P35.0
Observação: o rol de causas das internações sensíveis à Atenção Básica acima não é idêntico à Lista Brasileira de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária, publicada pela Portaria MS/ SAS nº 221, de 17 de abril de 2008, embora seja baseado nesta.	
QESITOS	PONTUAÇÕES
45. Houve aprovação da Gestão da Saúde pelo Conselho Municipal de Saúde?	SIM
	NÃO
46. Sobre vacinação antirrábica canina no município no ano de 2016, informe:	Total da população canina no município: <QUANTIDADE> ou <NÃO POSSUI REGISTRO>
	Número total de cães vacinados: <QUANTIDADE> ou <NÃO POSSUI REGISTRO>
47. Qual o percentual de cobertura vacinal para influenza em maiores de 60 anos?	

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>48. Sobre a infraestrutura e necessidade de reparos nas unidades de saúde do município no ano de 2016, responda:</p>	<p>Quantas unidades de saúde necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados, etc) em dezembro de 2016?</p>
	<p>Quantas unidades de saúde tiveram seu funcionamento interrompido ou foram abandonadas por problemas de infraestrutura?</p>
<p>49. Sobre saúde materna e infantil no ano de 2016, informe:</p>	<p>Número de testes realizados para o diagnóstico da sífilis entre gestantes:</p> <p>Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 0202031179 VDRL para detecção de sífilis em gestante. - 0214010082 teste rápido para sífilis em gestante.
	<p>Número de partos hospitalares do SUS:</p> <p>Obs.: Considerar apenas os seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 0310010039 parto normal. - 0310010047 parto normal em gestação de alto risco. - 0411010026 parto cesariano em gestação de alto risco. - 0411010034 parto cesariano. - 0411010042 parto cesariano com laqueadura tubária.
<p>50. Quanto aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no município, informe:</p>	<p>Número de Caps I:</p>
	<p>Número de Caps II:</p>
	<p>Número de Caps III:</p>
	<p>Número de Caps i:</p>
	<p>Número de Caps ad:</p>
	<p>Número de Caps ad III:</p>

QUESITOS	PONTUAÇÕES
<p>51. Qual o número de Equipes de Saúde da Família (ESF) Equivalentes no município?</p> <p>Obs.: Em dezembro de 2016. A equivalência de carga horária do profissional médico para equipe de Atenção Básica (tradicional) em relação à equipe da Estratégia de Saúde da Família considera a somatória da carga horária de pediatra, clínico e obstetra pertencente a uma Unidade Básica tradicional, e a cada 60 horas há equivalência para 1 ESF.</p>	
<p>52. As despesas consideradas, para fins de apuração do mínimo constitucional de aplicação de recursos próprios em saúde, foram de responsabilidade específica do setor de saúde e com recursos municipais movimentados somente pelo Fundo Municipal de Saúde?</p>	SIM
	NÃO
<p>53. Existe controle de tempo de atendimento dos pacientes nas UBS (horário de entrada x horário de atendimento médico)?</p>	SIM Qual tempo médio de atendimento?
	NÃO
<p>54. Qual a soma da carga horária semanal de todos os cirurgiões dentistas das equipes básicas de saúde bucal do município no ano de 2016?</p>	
<p>55. Qual a quantidade de unidades de saúde (estabelecimentos físicos) existentes no município em 2016?</p>	
<p>56. A prefeitura aplicou o mínimo constitucional? * APURAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA AUDESP</p>	SIM – 13
	NÃO – 00

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Saúde Pública
<p>Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000</p>	<p>i-SAÚDE/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)</p>

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-SAÚDE/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

9.3 SÍNTESE i-PLANEJAMENTO

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO PLANEJAMENTO

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Coerência entre os resultados dos indicadores dos programas e das metas das ações:

Média do resultado alcançado de todos os indicadores de um programa comparada com a média dos resultados alcançados das ações desse mesmo programa, com base nas informações constantes do Relatório de Atividades, por meio do seguinte cálculo:

$$\left| \frac{B}{A} - \frac{D}{C} \right| = E$$

Seja "A" o valor do indicador do programa previsto inicialmente;

Seja "B" o resultado do indicador do programa realizado;

Seja "C" o valor da meta para a ação do programa;

Seja "D" o resultado da meta realizado;

Seja "E" o resultado do indicador procurado.

O valor de "E" será apurado para cada programa. O seu valor final será a média obtida do resultado de todos os programas. Conforme o resultado que "E" (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - E)/0,2) * 100$$

Por exemplo, se $E = 0,25$, a nota do indicador será 75 pontos.

- Confronto entre o resultado físico alcançado pelas metas das ações e os recursos financeiros utilizados:
Apresenta o valor alcançado de cada uma das ações, dividindo-se o valor da meta física realizada pelo valor estipulado inicialmente no planejamento; e o quanto dos recursos disponibilizados foram utilizados, dividindo-se o valor liquidado pelo valor fixado atualizado, a partir dos dados constantes da Lei Orçamentária Anual, por meio do seguinte cálculo:

$$| ((D / C) - (G / F)) | = H$$

Seja "**C**" o valor da meta para a ação do programa;

Seja "**D**" o resultado da meta realizado;

Seja "**F**" o valor orçamentário fixado final para a ação;

Seja "**G**" o valor liquidado para a ação;

Seja "**H**" o resultado do indicador procurado.

O valor de "H" será apurado para cada ação. O seu valor final será a média obtida do resultado de todas as ações. Conforme o resultado que "H" (final) assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Entre 0 e 0,2	100
Entre 0,21 e 0,39	Graduação entre 95 e 5
Maior ou igual a 0,4	0

Para resultados entre 0,21 e 0,4, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((0,4 - H)/0,2) * 100$$

Por exemplo, se $H = 0,25$, a nota do indicador será 75 pontos.

- Percentual de alteração do planejamento inicial:

Total dos valores dos programas estabelecidos inicialmente na Lei Orçamentária Anual – LOA - comparado com os valores finais apurados para os mesmos programas. O cálculo será efetuado da seguinte maneira:

$$J / I = K$$

Seja “J” o valor total dos programas (final);

Seja “I” o valor total dos programas (inicial);

Seja “K” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “K” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Acima de 1,3	0
Entre 0,91 e 1,3	100
Entre 0,51 e 0,9	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 0,5 e 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((K - 0,5)/0,4) * 100$$

Por exemplo, se $K = 0,6$, a nota do indicador será 25 pontos.

- Percentual da taxa de investimento:

Divisão da despesa liquidada pelo valor total da receita arrecadada no mesmo período. A Despesa liquidada é obtida da contabilidade encaminhada ao Sistema AUDESP classificada pelo código “44” – Investimentos (Portaria nº 163/2001 do MPOG). O cálculo é feito da seguinte maneira:

$$L / M = N$$

Seja "L" a despesa liquidada total (classificação 44)

Seja "M" a receita total

Seja "N" o resultado do indicador procurado

Conforme o resultado que "N" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,15	100
Entre 0,021 e 0,149	Graduação entre 0,769 e 99,231
Menor ou igual a 0,02	0

Para resultados entre 0,02 e 0,15, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 0,769 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((N - 0,02)/0,13) * 100$$

Por exemplo, se $N = 0,10$, a nota do indicador será 61,54 pontos.

- Pontualidade na entrega das peças de planejamento (PPA, LDO, LOA):
A resposta à seguinte questão será extraída do sistema AUDESP: "As peças de planejamento (PPA, LDO, LOA) são entregues no prazo?".

Resultado	Pontuação
Planejamento entregue no prazo	50
Planejamento entregue fora do prazo ou não entregue	00

Quesitos adicionais ao índice componente:

QUESITOS	RESPOSTAS
1. Existe órgão ou servidor responsável pelo controle interno no município com atribuições formalmente definidas e com a apresentação de relatórios periódicos?	SIM
	NÃO
2. O servidor responsável pela contabilidade do município é ocupante de cargo de provimento efetivo?	SIM
	NÃO
3. Existe equipe estruturada para realização do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA)?	SIM
	NÃO
4. A LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas?	SIM
	NÃO
5. A LDO prevê critérios para limitação de empenho e movimentação financeira?	SIM Informe o número do artigo na LDO:
	NÃO
6. A LDO prescreve critérios para repasses a entidades do terceiro setor?	SIM Informe o número do artigo na LDO:
	NÃO
7. Há estrutura administrativa voltada para planejamento?	SIM
	NÃO
8. A estrutura de planejamento foi criada com cargos específicos (analista/técnico de planejamento e orçamento)?	SIM
	NÃO
9. Os servidores responsáveis pelo planejamento recebem treinamento específico para a matéria?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
10. Qual a carga horária de treinamento específico dos servidores responsáveis pelo planejamento?	Menos de 8 horas/ano;
	Entre 8 a 40 horas/ano;
	Mais de 40 horas/ano.
11. Os servidores dos demais setores, excluindo os do planejamento, recebem treinamento sobre planejamento?	SIM
	NÃO
12. Os servidores do setor de planejamento ou que cuidam dessa atividade tem dedicação exclusiva para essa matéria?	SIM
	NÃO
13. Há sistema informatizado para auxiliar na elaboração do planejamento?	SIM
	NÃO
14. O sistema informatizado é descentralizado (Os setores o alimentam e a unidade central de planejamento consolida)?	SIM
	NÃO
15. Há levantamentos dos problemas, necessidades, deficiências do Município antecedentes ao planejamento?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
<p>16. Em quais setores há levantamentos desses problemas, necessidades e deficiências do Município antecedentes ao planejamento? Obs.: É possível selecionar várias opções</p>	Ensino;
	Saúde;
	Assistência Social;
	Serviços Urbanos;
	Segurança Pública;
	Saneamento;
	Defesa Civil;
	Outros. Quais?
<p>17. Os diagnósticos serviram para as soluções e estão materializados nas peças orçamentárias?</p>	SIM
	Indicar a(s) peça(s) orçamentária(s), o ano, o número/denominação do programa e ação:
	NÃO
<p>18. Para a elaboração do diagnóstico é levado em conta algum plano do governo federal ou estadual?</p>	SIM Qual(is)?
	NÃO
<p>19. A prefeitura realizou audiências públicas em 2016?</p>	SIM Qual a forma de realização das audiências públicas para a elaboração das peças orçamentárias (PPA/LDO/LOA)? Obs.: É possível selecionar várias opções Presenciais Pela Internet Outros (especificar):
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
20. As coletas de sugestões pela Internet ficam disponíveis durante quanto tempo antes da elaboração de cada peça orçamentária?	Até um mês
	Entre um mês a dois
	Mais de dois meses
	Não há coleta de sugestões pela internet
21. Na coleta pela Internet há glossário explicando os objetivos, como contribuir, em linguagem clara e simples?	SIM
	NÃO
	Não há coleta de sugestões pela internet
22. Há uma margem ou projetos destinados para programas ou projetos originários da participação popular?	SIM
	NÃO
23. Qual a forma de divulgação das audiências públicas? Obs.: É possível selecionar várias opções	Diário Oficial
	Jornais
	Panfletos
	Carro de Som
	Website da Prefeitura
	Mural
	Faixas
	Outros (Quais?)
	Não realiza audiências públicas
24. Quantas audiências públicas são comumente realizadas?	1 (uma)
	Entre 2 a 5
	Mais de 5

QUESITOS	RESPOSTAS
25. Qual o dia e horário de realização das audiências públicas?	Dia de semana em horário comercial (8 às 18 horas);
	Dia de semana após as 18 horas
	Aos sábados, domingos e feriados.
26. As audiências públicas são transcritas em atas?	SIM
	NÃO
27. As atas de audiências públicas são divulgadas na Internet?	SIM
	NÃO
28. As audiências públicas são gerais, englobando todas as funções de governo?	SIM
	NÃO
29. As audiências públicas são setorizadas, divididas por temas (saúde, ensino, assistência social...)?	SIM
	NÃO
30. O conteúdo da lei orçamentária é desdobrado até o nível de elemento econômico da despesa?	SIM
	NÃO
31. Na lei orçamentária, qual o percentual para abertura de créditos adicionais por decreto?	Até 10%
	Entre 10 a 20%
	Mais de 20%
	Não há previsão
32. As alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto?	SIM Informe o número do artigo:
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
33. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias estão definidos os critérios de contingenciamento?	SIM Informe o número do artigo:
	NÃO
34. Há previsão para a inclusão de emendas parlamentares no orçamento?	SIM Informe o número do artigo:
	NÃO
35. Os setores da Prefeitura têm conhecimento prévio da previsão de receita cabível para elaborarem suas dotações?	SIM
	NÃO
36. Há acompanhamento da execução do planejamento?	SIM
	NÃO
37. Quem é o responsável pelo acompanhamento da execução do planejamento?	Gabinete do Prefeito
	Setor de planejamento
	Cada setor é responsável pela execução de seu planejamento
38. Há relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária?	SIM
	NÃO
39. Qual o conteúdo dos relatórios mensais levados ao conhecimento do Prefeito sobre a execução orçamentária? Obs.: É possível selecionar várias opções	Dotações previstas e executadas;
	Programas previstos e executados;
	Projetos, atividades e operações especiais previstos e executados;
	Outros (Quais?)
40. As peças que compõem o planejamento são divulgadas com os indicadores de programas e metas de ações governamentais previstos X realizados?	SIM
	NÃO

QUESITOS	RESPOSTAS
41. Onde ocorre a divulgação dessas peças? Obs.: É possível selecionar várias opções	Portal de Transparência
	Site da Prefeitura
	Mural
	Outros (Quais?)

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Planejamento
Pontos máximos: 450 Pontos mínimos: 000	i-PLANEJAMENTO/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-PLANEJAMENTO/TCESP = (Somatório dos indicadores)/450

9.4 SÍNTESE: i-FISCAL

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DOS ASPECTOS FISCAIS

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

Cada indicador deste índice possui peso em função da sua importância, reflexo sobre as finanças públicas e em relação à gestão. Assim, na melhor hipótese, se todos os indicadores alcançarem pontuação máxima, o valor pontuado deste índice é 100. A pontuação de cada indicador será apurada conforme segue:

- Análise da Receita (execução orçamentária):
Divisão da receita arrecadada pela receita prevista atualizada, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, respectivamente, por meio do seguinte cálculo:

$$O / P = Q$$

Seja “O” a receita arrecadada;

Seja “P” a receita prevista atualizada;

Seja “Q” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “Q” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,5	0
Entre 1,16 e 1,49	Graduação entre 97,14 e 2,86
Entre 0,85 e 1,15	100
Entre 0,51 e 0,84	Graduação entre 2,86 e 97,14
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,16 e 1,5, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 1,5) * (-1) / 0,35) * 100$$

Por exemplo, se $Q = 1,25$, a nota do indicador será 71,43 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,84, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,86 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Q - 0,5) / 0,35) * 100$$

Por exemplo, se $Q = 0,75$, a nota do indicador será 71,43 pontos.

- Análise da Despesa (execução orçamentária):

Divisão da despesa executada pela despesa fixada final, com base nos dados da execução orçamentária da Lei Orçamentária Anual, respectivamente, por meio do seguinte cálculo:

$$R / S = T$$

Seja "**R**" a despesa executada;

Seja "**S**" a despesa fixada final;

Seja "**T**" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "**T**" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,1	0
Entre 1,01 e 1,09	Graduação entre 90 e 10
Entre 0,9 e 1,0	100
Entre 0,51 e 0,89	Graduação entre 2,5 e 97,5
Menor ou igual a 0,5	0

Para resultados entre 1,01 e 1,1, a graduação⁸ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 1,1) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se $T = 1,05$, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,51 e 0,89, a graduação⁹ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 2,5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((T - 0,5) / 0,4) * 100$$

Por exemplo, se $T = 0,75$, a nota do indicador será 62,5 pontos.

- Análise do resultado da execução orçamentária:

Diferença entre receita arrecadada e despesa executada dividida pela receita realizada, excluídos os créditos adicionais abertos com base em superávit financeiro, com base nos dados da execução orçamentária anual, por meio do seguinte cálculo:

$$R / O = V$$

Seja "**R**" a despesa executada;

Seja "**O**" a receita arrecadada;

Seja "**V**" o resultado do indicador procurado.

Se o resultado do indicador for maior que 1 e menor que 1,2, é necessário um novo cálculo, conforme segue:

$$|(O - R) | = X$$

Onde "**X**" é a diferença, em módulo, da receita e da despesa. Em seguida, compara-se "**X**" com o valor dos créditos abertos com fundamento no superávit financeiro: se o crédito for igual ou maior, significa que o déficit orçamentário está coberto pelo superávit financeiro; se for menor, não há cobertura financeira para o déficit orçamentário.

⁸ Leva-se em consideração que a falta de economia na despesa eleva o risco de aumento do endividamento de curto prazo, na medida em que, normalmente, uma parte da receita do orçamento municipal é utilizada para o pagamento de restos a pagar de exercícios anteriores.

⁹ Leva-se em consideração que a economia realizada potencializa o risco de comprometimento da prestação dos serviços que o município deve fazer à sua sociedade, evidenciando também a tendência do planejamento inicial desconsiderar a realidade local.

Em qualquer hipótese, a pontuação será conferida conforme a tabela a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19 (com cobertura do déficit)	Graduação entre 90 e 10
Entre 1,01 e 1,19 (sem cobertura do déficit)	0
Entre 1,01 e 1,10 (com cobertura do déficit)	100
Entre 0,90 e 1,0	100
Entre 0,76 e 0,89	Graduação entre 6,67 e 93,33
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação¹⁰ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 1,2) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se $V = 1,15$, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,89, a graduação¹¹ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 6,67 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((V - 0,75) / 0,15) * 100$$

Por exemplo, se $V = 0,8$, a nota do indicador será 33,33 pontos.

- Análise dos Restos a Pagar – até o bimestre (dívida flutuante):

¹⁰ Leva-se em consideração o implícito aumento no endividamento, com consequências reais sobre as finanças públicas e até possibilidade de execução orçamentária sem autorização legislativa.

¹¹ Leva-se em consideração que a entidade está realizando uma economia considerável de recursos, com risco de comprometimento da prestação dos serviços para a sociedade local.

Divisão dos pagamentos realizados dos restos a pagar pela sua posição inicial, com base nos dados apurados no Relatório de Instrução, item GF26, gerado pelo Sistema AUDESP. O cálculo é realizado da seguinte forma:

$$W / Y = Z$$

Seja "W" os pagamentos realizados dos restos a pagar;

Seja "Y" a posição inicial dos restos a pagar;

Seja "Z" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que "Z" assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,95	100
Entre 0,76 e 0,94	Graduação entre 5 e 95
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 0,76 e 0,94, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((Z - 0,75)/0,20) * 100$$

Por exemplo, se $Z = 0,80$, a nota do indicador será 25 pontos.

- Despesas com Pessoal – Poder Executivo:

Informação extraída do Relatório de Instrução, item GF27, gerado pelo Sistema AUDESP, que apresenta o cálculo por poder.

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,54	0

Entre 0,513 e 0,539	Graduação entre 50 e 11,48
Menor ou igual a 0,512	100

Para resultados entre 0,513 e 0,539, a graduação¹² será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 1,48 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja **"AA"** o resultado do indicador:

$$(((AA - 0,54) * -1/0,027) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AA = 0,515, a nota do indicador será 47,04 pontos.

- Despesa com pessoal - Poder Legislativo:

Informação extraída do Relatório de Instrução, item GF27, gerado pelo Sistema AUDESP, que apresenta o cálculo por poder.

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 0,06	0
Entre 0,057 e 0,059	Graduação entre 50 e 23,33
Menor ou igual a 0,056	100

Para resultados entre 0,057 e 0,059, a graduação¹³ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido reduzirá 13,33 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja **"AB"** o resultado do indicador:

$$(((AB - 0,06) * (-1)/0,003) * 40) + 10$$

Por exemplo, se AB = 0,058, a nota do indicador será 36,67 pontos.

¹² Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

¹³ Levam-se em consideração as diversas restrições que a LRF estabelece quando se atinge o limite prudencial. Assim, cabe ao município acompanhar o conjunto de políticas fiscais, para evitar atingir tal limite.

- Apuração do resultado financeiro (superávit/déficit):
Divisão entre ativo e passivo financeiro, conforme Balanço Patrimonial gerado pelo Sistema AUDESP, por meio do seguinte cálculo:

$$AC / AD = AE$$

Seja “**AC**” o ativo financeiro;

Seja “**AD**” o passivo financeiro;

Seja “**AE**” o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “**AE**” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,3	0
Entre 1,11 e 1,29	Graduação entre 95 e 5
Entre 1,0 e 1,1	100
Entre 0,76 e 0,99	Graduação entre 4 e 96
Menor ou igual a 0,75	0

Para resultados entre 1,11 e 1,29, a graduação¹⁴ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 5 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AE - 1,30) * (-1) / 0,20) * 100$$

Por exemplo, se $AE = 1,2$, a nota do indicador será 50 pontos.

Para resultados entre 0,76 e 0,99, a graduação¹⁵ será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada milésimo acrescido aumentará 4 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

¹⁴ Levam-se em consideração um superávit elevado, de maneira que a economia que está sendo realizada poderá comprometer a qualidade dos serviços públicos obrigatórios.

¹⁵ Leva-se em consideração que a entidade está gastando mais do que arrecadando, potencializando o risco de insolvência futura.

$$((AE - 0,75)/0,25) * 100$$

Por exemplo, se $AE = 0,9$, a nota do indicador será 60 pontos.

- Apuração da dívida fundada (aumento/redução):
Valor extraído do Relatório de Instrução, item GF-28, gerado pelo Sistema AUDESP.

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,2	0
Entre 1,11 e 1,19	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 1,10	100

Para resultados entre 1,11 e 1,19, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja "**AF**" o resultado do indicador:

$$((AF - 1,2) * -1/0,10) * 100$$

Por exemplo, se $AF = 1,15$, a nota do indicador será 50 pontos.

- Apuração dos pagamentos dos precatórios:
Divisão entre o estoque final e o estoque inicial no exercício em análise, extraídos da contabilidade encaminhada pelo Sistema AUDESP, conforme o cálculo a seguir:

$$AG / AH = AI$$

Seja "**AG**" o estoque final dos precatórios;

Seja "**AH**" o estoque inicial dos precatórios;

Seja "**AI**" o resultado do indicador procurado.

Conforme o resultado que “AI” assumir, receberá a pontuação a seguir:

Resultado	Pontuação
Maior ou igual a 1,0	0
Entre 0,91 e 0,99	Graduação entre 90 e 10
Menor ou igual a 0,9	100

Para resultados entre 0,91 e 0,99, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

$$((AI - 1,0) * (-1) / 0,10) * 100$$

Por exemplo, se AI = 0,95, a nota do indicador será 50 pontos.

- Repasse de duodécimos às Câmaras:

Valor extraído da contabilidade do município apurado com base no item “Transferências à Câmara dos Vereadores” do modelo de relatório de contas municipais.

Resultado	Pontuação
Maior que o limite	0
Menor ou igual ao limite	100

- Transparência: atas de elaboração, avaliação e aprovação, pareceres e publicações realizadas: Informações extraídas do Sistema AUDESP – relatório de situação de entrega.

Resultado	Pontuação
Encaminhou no prazo	100
Encaminhou fora do prazo	75
Não encaminhou	0

- Dívida Ativa: percentual de recebimento

Nível de recebimento da dívida em relação ao estoque inicial, com base no Relatório de Análises Anuais Eletrônicas do Sistema AUDESP.

Resultado	Pontuação
Igual a 0	0
Entre 0,01 e 0,09	Graduação entre 10 e 90
Maior ou igual 0,10	100

Para resultados entre 0,01 e 0,9, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido aumentará 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja "**AL**" o resultado do indicador:

$$(AL/0,10)*100$$

Por exemplo, se $AL = 0,05$, a nota do indicador será 50 pontos.

- Dívida Ativa: percentual de cancelamento

Nível de cancelamento da dívida em relação ao estoque inicial, com base no Relatório de Análises Anuais Eletrônicas do Sistema AUDESP.

Resultado	Pontuação
Igual a 0	100
Entre 0,01 e 0,09	Graduação entre 90 e 10
Maior ou igual a 0,10	0

Para resultados entre 0,01 e 0,09, a graduação será distribuída igualmente no intervalo, ou seja, cada centésimo acrescido reduzirá 10 pontos do indicador. Matematicamente, isso pode ser demonstrado da seguinte forma:

Seja "**AM**" o resultado do indicador:

$$((AM - 0,10)*(-1)/0,10)*100$$

Por exemplo, se $AM = 0,05$, a nota do indicador será 50 pontos.

- Alertas do Sistema AUDESP

Quantidade de alertas gerados pelo Sistema AUDESP no exercício.

Calculado da seguinte maneira:

$$\text{Média} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad \text{e} \quad \sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \text{Média})^2}{n}}$$

Onde:

Média: A média de alertas de n municípios

x_i: A quantidade de alertas do município

n: A quantidade de municípios

σ: O desvio padrão

Resultado	Pontuação
Abaixo de 1 desvio padrão da média	50
Dentro do intervalo de dispersão	25
Acima de 1 desvio padrão da média	00

- Balancetes rejeitados/não enviados

Quantidade média de balancetes rejeitados/não enviados pelo município no exercício.

Calculado da seguinte maneira:

$$\text{Média} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n} \quad \text{e} \quad \sigma = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \text{Média})^2}{n}}$$

Onde:

Média: A média de balancetes rejeitados/não enviados de n municípios

x_i: A quantidade de balancetes rejeitados/não enviados do município

n: A quantidade de municípios

σ: O desvio padrão

Resultado	Pontuação
Abaixo de 1 desvio padrão da média	50
Dentro do intervalo de dispersão	25
Acima de 1 desvio padrão da média	00

Quesito adicional ao índice componente:

QUESITO	RESPOSTA
1. Os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados dentro do prazo legal?	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Fiscal
Pontos máximos: 1400 Pontos mínimos: 000	i-FISCAL/TCESP: 20/100 – 0,20 (20%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-FISCAL/TCESP = (Somatório dos indicadores)/1400

9.5 SÍNTESE: i-AMB

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DO MEIO AMBIENTE

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. Sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) – Lei nº 12.305/2010 –, informe:	Instrumento normativo publicado ou promulgado – 18
	Submissão do texto à câmara de vereadores – 14
	Está em outras fases de elaboração – 04
	Não realizou o plano – 00
2. A prefeitura municipal realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos?	SIM, totalmente – 10 Descreva o processo de destinação:
	PARCIALMENTE – 04 Descreva o processo de destinação:
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal possui Plano de Resíduos da Construção Civil que aborde itens tais como coleta, transporte e destinação final?	SIM – 13 Informar a lei:
	PARCIALMENTE – 06
	NÃO – 00
4. Por que motivo a prefeitura municipal ainda não possui Plano de Resíduos da Construção Civil implantado?	Plano enviado para aprovação legislativa;
	Plano em fase de elaboração.

QESITOS	PONTUAÇÕES
5. A prefeitura adota na rede escolar municipal algum programa ou ação de educação ambiental?	SIM – 05 Descreva sucintamente:
	NÃO – 00
6. A prefeitura municipal estimula entre seus órgãos e entidades de sua responsabilidade projetos e/ou ações que promovam o uso racional de recursos naturais? (ex.: implantação de dispositivos para uso racional da água, coleta seletiva, reuso ou reciclagem de material entre outros)?	SIM, para todos os órgãos e entidades – 08 Descreva sucintamente:
	PARCIALMENTE – 03 Descreva sucintamente:
	NÃO – 00
7. A prefeitura participa de alguma instância de planejamento e gestão regional (tais como comitê de bacia, conselho regional/metropolitano, conselho gestor de APA - Área de proteção Ambiental), que promova a melhoria contínua da gestão ambiental municipal e da região em que está inserida?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO
8. A prefeitura possui ou participa de algum programa ou ação que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental no município?	SIM – 10 Qual: Qual? Descreva sucintamente:
	NÃO – 00
9. A prefeitura possui alguma estrutura organizacional para tratar de assuntos ligados ao Meio Ambiente Municipal?	SIM – 06
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
10. A prefeitura participou de treinamento oferecido pelo Corpo de Bombeiros para brigadas antifogo ou planos para desastres naturais ou ações de contingência ou similares (privilegiando a participação de membros da Guarda Municipal, Defesa Civil, Tiro de Guerra, brigadistas de indústrias, usinas e empresas etc, inclusive para os municípios que possuem Unidades de Corpo de Bombeiros)?	SIM, integralmente – 05
	SIM, na maior parte – 03
	SIM, na menor parte – 01
	NÃO – 00
11. O município possui seu Plano Municipal de Saneamento Básico?	SIM – 06
	NÃO – 00
12. Quantos são os instrumentos normativos que tratam do Plano Municipal de Saneamento Básico?	<Número de instrumentos normativos> <input type="checkbox"/> Lei Nº _____ <input type="checkbox"/> Decreto Nº _____ <input type="checkbox"/> Outros Qual?
13. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de fornecimento de água tratada?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
14. Qual o percentual da população do município abrangida pelo serviço de coleta de esgotamento sanitário?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
15. Qual o percentual de tratamento do esgotamento sanitário?	<PERCENTUAL> NÃO POSSUI REGISTRO
16. Existem ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem?	SIM Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO
17. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a Rede Municipal de Ensino?	SIM – 02 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
18. Existem ações e medidas de contingenciamento para provisão de água potável e de uso comum para a rede municipal da Atenção Básica da Saúde?	SIM – 02 Descreva quais as ações e medidas:
	NÃO – 00
19. Há um plano emergencial com ações para fornecimento de água potável à população em caso de sua escassez?	SIM Descreva o plano:
	NÃO
20. O município participa do programa Município VerdeAzul?	SIM
	NÃO
21. O município está habilitado junto ao CONSEMA para licenciar os empreendimentos de impacto local de conformidade com a Deliberação Normativa Consema 01/2014?	SIM
	NÃO
22. Utilização do IQR (Índice de Qualidade de Aterro de Resíduos). De 0,0 a 7,0 – Condições inadequadas De 7,1 a 10,0 – Condições adequadas * APURAÇÃO ELETRÔNICA NO SISTEMA AUDESP COM DISPONIBILIZAÇÃO DOS DADOS PELA CETESB	ADEQUADAS – 15
	INADEQUADAS – 00
23. Todos os servidores da estrutura de Meio Ambiente possuem formação na área natural e/ou humana?	SIM
	NÃO
24. A estrutura de Meio Ambiente encontra-se em nível de primeiro escalão no organograma da prefeitura?	SIM
	NÃO
25. Quanto aos resíduos da construção civil, quem é o responsável pela triagem dos resíduos?	GERADOR DOS RESÍDUOS
	PREFEITURA
	OUTROS

26. Quanto aos aterros municipais, todos possuem portão fechado com cadeado no seu acesso?	SIM
	NÃO
	NÃO POSSUI ATERRO MUNICIPAL
27. Quanto aos aterros municipais, animais domésticos e/ou animais silvestres (urubus, garças, etc.) convivem com os resíduos do aterro?	SIM
	NÃO
	NÃO POSSUI ATERRO MUNICIPAL
28. Há catadores de materiais recicláveis no aterro municipal?	SIM
	NÃO
	NÃO POSSUI ATERRO MUNICIPAL
29. Quanto à arborização urbana, o pessoal da prefeitura responsável por manutenção das árvores é devidamente orientado/treinado para realizar a poda de maneira correta?	SIM
	NÃO
30. O município possui controle ou registro das autuações realizadas por queimada urbana?	SIM
	NÃO

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Meio Ambiente
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-Amb/TCESP: 10/100 – 0,10 (10%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-Amb/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

9.6 SÍNTESE: i-CIDADE

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA PROTEÇÃO DA CIDADE

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. O município possui a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC estruturada? (Lei nº 12.608/2012)?	SIM – 30
	Está em fase de estruturação – 05
	NÃO – 00
2. A prefeitura municipal possui local físico com sala e telefone para atendimento de ocorrências de Defesa Civil?	SIM Qual número de telefone: (XX) YYYYYYYY
	NÃO
3. O município está cadastrado no sistema da Defesa Civil estadual denominado SIDEC (Sistema Integrado de Defesa Civil)? www.sidec.sp.gov.br	SIM
	NÃO
4. O município utiliza alguma forma de registro eletrônico para cadastramento de ocorrência de Defesa Civil?	SIM – 10 Qual a forma de registro?
	NÃO – 00
5. O município possui algum tipo de levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público?	SIM – 20
	NÃO – 00
6. O município possui Plano de Contingência de Defesa Civil?	SIM – 20
	Está em fase de formalização de seu plano – 15
	NÃO – 00

QESITOS	PONTUAÇÕES
7. O município está listado no Programa Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos de Desastres?	SIM
	NÃO
8. O município capacita seus agentes para ações municipais de Defesa Civil?	SIM, na integralidade de seus agentes – 10 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a maior parte de seus agentes – 07 Descreva a forma sucintamente:
	SIM, a menor parte de seus agentes – 03 Descreva a forma sucintamente:
	NÃO – 00
9. Se o município possui mais de 20.000 habitantes, foi elaborado seu Plano de Mobilidade Urbana?	SIM
	NÃO
	NÃO SE APLICA
10. O município possui um estudo de avaliação da segurança de todas as escolas e centros de saúde atualizado?	SIM – 10
	NÃO – 00

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão Proteção das Cidades
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-CIDADE/TCESP: 05/100 – 0,05 (5%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-CIDADE/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

9.7 SÍNTESE: i-GOV TI

MEMORIAL DE CÁLCULOS PARA INDICADORES DA GOVERNANÇA DE TI

Os índices serão apoiados pelo Sistema AUDESP em bases multivaloradas.

QUESITOS	PONTUAÇÕES
1. A prefeitura municipal possui um PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação – que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro?	SIM, com metas acima de 02 anos (após 2018) – 08
	SIM, com metas para até 02 anos (ATÉ 2018) – 05
	NÃO POSSUI PDTI – 00
2. A prefeitura municipal possui um documento formal publicado que estabeleça procedimentos quanto ao uso da TI pelos funcionários municipais, conhecido como Política de Uso Aceitável ou Política de Segurança da Informação?	SIM – 05
	NÃO – 00
3. A prefeitura municipal possui um quadro com funcionários de área de Tecnologia da Informação?	SIM, com funcionários efetivos – 08
	SIM, com funcionários efetivos e temporários – 05
	SIM, com funcionários temporários – 02
	Não possui esse quadro – 00
4. A prefeitura municipal define as competências necessárias para as atividades de seu pessoal de TI (área de formação, especialização etc.)?	SIM – 05
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
5. A prefeitura disponibiliza, periodicamente, programas de capacitação e atualização para o pessoal de TI?	SIM – 04 Qual o periodicidade:
	NÃO – 00
6. A prefeitura mantém site na Internet com informações atualizadas (semanalmente)?	SIM – 05
	NÃO – 00
7. O PDTI é divulgado na Internet?	SIM – 05
	NÃO – 00
8. Os dados e documentos relativos a contratos de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 05
	NÃO – 00
9. Os dados relativos à transparência na gestão fiscal (planejamento, execução orçamentária, arrecadação de tributos etc.) são divulgados na internet?	SIM – 05
	NÃO – 00
10. Sobre as compras públicas (licitações) que tenham como objeto equipamentos de TI, softwares ou serviços que envolvam a Tecnologia da Informação, responda:	Há participação do pessoal de TI no processo de compra (especificação técnica, comissão de julgamento, recebimento do objeto) - 08
	Não há pessoal de ti envolvido no processo de compra – 00
11. Sobre os dados da Dívida Ativa da prefeitura municipal, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 08
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 05
	Os dados não possuem registros eletrônicos – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
12. Sobre os dados do IPTU do município, responda:	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência direta do município – 08
	Os dados são armazenados de forma eletrônica em um banco de dados e seu conteúdo está na gerência indireta do município, ou seja, está em sistemas terceirizados – 05
	Os dados não possuem registros eletrônicos – 00
13. Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), responda:	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse direta – 08.
	A prefeitura possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas – 05.
	Não foi implantada a NFE – 00
14. Sobre compras públicas (licitações) que tenham por objetivo desenvolvimento, melhoria ou manutenção de software, responda qual métrica é utilizada para determinar o tamanho do software (e consequentemente o prazo e custo):	É utilizada a métrica de Pontos de Função
	Existe uma métrica, mas não é Pontos de Função
	Não existe métrica
	Não houve licitações de software
15. Os dados e documentos relativos a editais dos processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00
16. Há uso de tecnologia (internet) para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	SIM – 06
	NÃO – 00

QUESITOS	PONTUAÇÕES
17. Que tecnologia (internet) é utilizada para as modalidades de licitação (compras eletrônicas)?	Sistema Próprio
	BEC
	Banco do Brasil
	ComprasNet
	Outros: _____
18. Os sistemas e softwares disponibilizados são divulgados aos usuários e eles recebem treinamento adequado para a utilização dos mesmos?	SIM, é divulgado e há treinamento -06
	SIM, é divulgado mas não há treinamento – 02
	SIM, há treinamento mas não há divulgação – 02
	NÃO – 00
19. O município possui legislação municipal que trata de Acesso à Informação?	SIM
	NÃO
20. Os dados relativos a atas da comissão de licitação de processos licitatórios são divulgados na Internet?	SIM – 03
	NÃO – 00

TOTALIZAÇÃO	Peso da Dimensão de Governança de TI
Pontos máximos: 100 Pontos mínimos: 000	i-GOV TI/TCESP: 05/100 – 0,05 (5%)

FÓRMULA MATEMÁTICA APLICADA APÓS ANÁLISE FATORIAL
i-GOV TI/TCESP = (Somatório dos indicadores)/100

10.

Composição final do IEGM/TCESP

Como o IEGM/TCESP é um indicador perene, apresentando seus resultados anualmente, nesta terceira amostra, os resultados permanecerão sendo apresentados em faixas, evitando-se assim a exposição numérica de ranking.

A listagem com o ranking será apresentada exclusivamente à alta administração da Corte de Contas paulista – Exmos. Conselheiros – e à Secretaria-Diretoria

Geral – responsável pelo planejamento das ações fiscalizatórias – que receberá também as diversas matrizes de risco para encaminhamento ao Pessoal da Fiscalização.

Para as prefeituras auditadas, órgãos de controle, sociedade e demais interessados, os resultados do IEGM/ TCESP serão apresentados em 05 faixas de resultado, preservando os valores numéricos calculados.

MÉTRICA DE CÁLCULO DO IEGM/TCESP MODELO MATEMÁTICO

$$\text{IEGM/TCESP} = (\text{i-EDUC/TCESP} \times 20 + \text{i-SAÚDE/TCESP} \times 20 + \text{i-PLANEJAMENTO/TCESP} \times 20 + \text{i-FISCAL/TCESP} \times 20 + \text{i-AMB/TCESP} \times 10 + \text{i-CIDADE/TCESP} \times 5 + \text{i-GOV TI/TCESP} \times 5) / 100$$

11.

Faixas de resultado

As faixas de resultado são a representação por notas (A, B+, B, C+ e C) e de forma gráfica dos enquadramentos das prefeituras frente às dimensões auditadas pelo resultado final do IEGM/TCESP.

Cada faixa é caracterizada da seguinte forma:

NOTA A: ALTAMENTE EFETIVA;

NOTA B+: MUITO EFETIVA;

NOTA B: EFETIVA;

NOTA C+: EM FASE DE ADEQUAÇÃO;

NOTA C: BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO

OBSERVAÇÃO: a proposta do IEGM/TCESP é avaliar a efetividade da gestão municipal como um todo, sem

estimular a exclusiva atenção do gestor público para apenas uma ou algumas das dimensões analisadas. Seu objetivo é demonstrar, naturalmente, as áreas que demandam maior qualidade nos gastos públicos, porém a gestão municipal altamente efetiva é aquela que considera todos os aspectos do bem-estar social. Considerando que 3 (três) dos índices componentes possuem peso ponderado menos relevante na composição do IEGM/TCESP (i-Amb/TCESP, i-Cidade/TCESP e i-GOV TI/TCESP), resultados menos expressivos nessas esferas não implicariam uma redução significativa do Índice Final, porém denotariam uma gestão municipal menos ampla. Diante disso, a faixa “A – Altamente Efetiva” é reservada para os municípios que apresentarem regularidade em seus resultados além de IEGM/TCESP acima de 90% da nota máxima, verificada pela existência de ao menos 5 (cinco) índices componentes na faixa “A – Altamente Efetiva”.

As notas obedecerão aos seguintes critérios:

Notas	Critérios
A	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e ao menos 5 (cinco) índices componentes com nota A
B+	IEGM entre 75% e 89,99% da nota máxima
B	IEGM entre 60% e 74,99% da nota máxima
C+	IEGM entre 50% e 59,99% da nota máxima
C	IEGM menor ou igual a 49,99%

EXEMPLO DE APLICAÇÃO DAS FAIXAS DE RESULTADO PARA O IEGM/TCESP

NOTAS	FAIXAS	PREFEITURAS
A	ALTAMENTE EFETIVA	Prefeitura do Município A; Prefeitura do Município B;
B+	MUITO EFETIVA	Prefeitura do Município C; Prefeitura do Município D; Prefeitura do Município E;
B	EFETIVA	Prefeitura do Município F; Prefeitura do Município G;
C+	EM FASE DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município H; Prefeitura do Município I;
C	BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO	Prefeitura do Município J; Prefeitura do Município K.

OBSERVAÇÃO: O mesmo modelo é aplicável a cada um dos índices temáticos. As faixas de resultado podem apresentar alternância natural nos nomes das prefeituras em razão das pontuações em cada um dos temas auditados e de seu peso na composição do IEGM/TCESP.

12.

Regras das faixas de resultado

Com o objetivo de permitir maior controle da efetividade do município, ajustado pelos modelos matemáticos aplicados, e considerando a necessidade de implemento de controles constitucionais e legais no IEGM/TCESP, ficam observadas as seguintes regras para aplicação das faixas de resultado:

I) IEGM/TCESP: NOTA A – FAIXA ALTAMENTE EFETIVA - o município deve possuir pelo menos 05 (cinco) notas A;

II) DIMINUIÇÃO DE 01 (UM) GRAU NA NOTA GERAL DO IEGM/TCESP: quando não ocorrer o atingimento da aplicação de 25% na Educação;

III) ÍNDICE COMPONENTE - REALOCAÇÃO PARA A FAIXA DE RESULTADO DE NOTA C – BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO: quando não observar o contido do artigo 29-A da Constituição Federal.

13.

Considerações Finais

A criação do IEGM/TCESP só foi possível com a interação e participação das Secretarias Estaduais da Educação, da Saúde, do Meio Ambiente, da Secretaria da Casa Militar/Defesa Civil; do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP; da CETESB; da Fundação TODOS PELA EDUCAÇÃO; do Instituto Brava; de técnicos do Tribunal de Contas e especialistas das diversas áreas para as 7 dimensões que compõem o índice.

Sem esse grandioso conhecimento compartilhado por eles, não seria possível relacionar os diversos aspectos que afetam diretamente a qualidade dos serviços públicos postos à disposição de seus cidadãos.

Dessa forma, o trabalho colaborativo de todos na finalização do IEGM/TCESP traz relevantes informações, principalmente ao controle social e aprimoramento da metodologia das ações fiscalizatórias.

editoração, ctp, impressão e acabamento

imprensa**o**ficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO